

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>2 ANÁLISE DOS ARGUMENTOS DE DEFESA.....</b>	<b>3</b>
<b>3 CONCLUSÃO.....</b>	<b>5</b>



## RELATÓRIO DE DEFESA

<b>PROCESSO Nº</b>	:	3.031-7/2014
<b>PRINCIPAL</b>	:	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
<b>CNPJ</b>	:	14.921.092/0001-57
<b>ASSUNTO</b>	:	RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2014
<b>GESTOR</b>	:	PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO
<b>RELATOR</b>	:	CONS. JAQUELINE JACOBSEN MARQUES
<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	:	FRANCISLENE FRANÇA FORTES GISELLE CRISTINA DE ALMEIDA SANTOS AMERICO

### 1 INTRODUÇÃO

Senhor Secretário:

Em atendimento ao inciso II do art. 71 da Constituição Federal, ao art. 212 da Constituição Estadual, aos arts. 35 e 36 da Lei Complementar nº 269/2007 e ao inciso III do art. 29 da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT, foi apresentado o relatório preliminar de auditoria sobre as contas anuais de gestão da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO**, com o objetivo de subsidiar o julgamento dos atos de gestão.

Esse relatório consolidou o resultado das informações prestadas a este Tribunal de Contas por meio dos processos físicos, das informações extraídas do sistema FIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso) e outras obtidas em inspeção *in loco*, abrangendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e de resultados, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

A inspeção *in loco* foi realizada no período de 27/04/2015 a 12/05/2015 na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 25/2015 (Anexo I) e ofício de apresentação da equipe ao gestor responsável (Anexo III), a qual foi suspensa por motivos de demanda interna da Secex,

retornando a equipe de auditoria para conclusão dos levantamentos realizados em inspeção *in loco*, no período de 15 a 17/06/15, conforme Ordem de Serviço nº 33/2015 (Anexo II), e em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública, bem como aos critérios contidos na legislação vigente.

A conclusão do referido relatório apresentou a síntese das irregularidades, bem como a identificação nominal dos responsáveis.

Em atendimento aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa e nos termos do art. 63 da Lei Complementar nº 269/2006 e do art. 189 da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do TCE/MT), foi citado a apresentar defesa o Senhor Paulo Roberto Jorge do Prado – Gestor, para o qual foi enviada cópia do relatório técnico.

Em atendimento a citação foi apresentado documento externo com a respectiva defesa (doc.digital nº 131209/2015) referentes aos apontamentos do relatório preliminar, que agora serão objeto de análise nesta Secex.

## **2 ANÁLISE DOS ARGUMENTOS DE DEFESA**

Abaixo segue a irregularidade apontada com a respectiva defesa e análise efetuada:

### **Responsável,**

- Sr. Paulo Roberto Jorge do Prado – Gestor - período: 01/01/2014 a 31/12/2014

### **1 EB11\_Controle Interno\_Grave.** Não preenchimento de cargos de controladores internos por meio de concurso público (art. 3º da Resolução Normativa TCE nº 33/2012; Resolução de Consulta TCE nº 24/2008)

**1.1** A lei nº 9782/2012, de 19/07/2012 que, “Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras de Apoio Técnico-administrativo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso”, não prevê a existência do cargo de controlador interno em provimento efetivo.

Em seu Anexo II – Quadro de Provimento em Comissão, existe a previsão de:

01 (um) Auditor de Controle Interno, nível superior nas áreas de direito, administração de empresas, ciências contábeis ou economia, remuneração nível MP-CNE-I.

O controle interno é exercido por servidores efetivos da Procuradoria Geral de Justiça, mas não

no cargo de controlador interno, como segue:

- Ricardo Dias Ferreira

cargo/função de carreira: Técnico administrativo

cargo comissionado: Auditor chefe

formação acadêmica: Bacharel em administração

- Ziney Ribeiro Zorzan

cargo/função de carreira: Analista contador

formação acadêmica: Bacharel em Ciências Contábeis

- Paulo Cesar Lobo dos Santos

cargo/função de carreira: Técnico administrativos

formação acadêmica: Bacharel em Ciências Contábeis. (Achado nº 1)

### **Argumentos da defesa**

O gestor em seus argumentos, confirma o apontamento técnico, dizendo que a equipe de auditoria interna da Procuradoria Geral de Justiça é formada por servidores efetivos das carreiras de apoio da Instituição.

Alega que o instrumento normativo invocado no relatório preliminar (Resolução Normativa TCE nº 33/2012, art.3º) dirige-se tão somente aos gestores municipais.

Por fim, salienta que a Auditoria de Controle Interno da PGJ, tem executado com eficiência e isenção a sua missão.

### **Análise técnica**

O gestor confirma que o controle interno é exercido por servidores concursados em cargos das carreiras de apoio da Instituição, portanto, não houve concurso para o cargo de controlador interno.

A inexistência do cargo de controlador interno em provimento efetivo na Estrutura do Quadro de Pessoal do órgão, impede a realização do concurso público, porém é de responsabilidade do gestor, a alteração da Estrutura Funcional do órgão e posterior realização de concurso público, portanto, a inexistência do cargo em provimento efetivo não é uma justificativa para a não realização do concurso público.

Quanto a alegação do instrumento normativo invocado no relatório

preliminar, tem-se o esclarecimento de que, o gestor apoiou-se à conclusão do relatório técnico, não observando o inteiro teor do Achado de Auditoria, no corpo do relatório técnico, qual seja, “Achado nº 1. **EB11**. Não provimento de cargo de controlador interno mediante concurso público (Resolução de Consulta TCE nº 24/2008)”, onde a equipe de auditoria se reporta à Resolução de Consulta TCE nº 24/2008, a qual diz:

1) *Os cargos da unidade de controle interno deverão ser preenchidos mediante concurso público.*

2) *No período de transição, até a nomeação dos aprovados, o gestor deverá recrutar servidores já pertencentes ao quadro efetivo do ente público e que reúnam as qualificações necessárias para que, temporariamente, exerçam as funções de controle interno. (grifo nosso).*

A Resolução de Consulta TCE nº 24/2008 não é específica para gestores municipais.

Ressalta-se que a citação do art. 3º da Resolução Normativa TCE nº 33/2012 no corpo da irregularidade é feita por decorrência da padronização das irregularidades por parte deste Tribunal de Contas, pois, o não provimento de cargo de controlador interno mediante concurso público, tem base nos dois dispositivos em se tratando de órgão municipal, e no caso de gestão estadual, o dispositivo é a Resolução de Consulta TCE nº 24/2008, conforme foi apresentado no achado de auditoria.

Persiste a presente irregularidade.

### 3 CONCLUSÃO

Efetuada a análise da defesa apresentada, considera-se mantida a irregularidade apontada.

Responsável,

- Sr. Paulo Roberto Jorge do Prado – Gestor - período: 01/01/2014 a 31/12/2014

**1 EB11 Controle Interno Grave.** Não preenchimento de cargos de controladores internos por meio de concurso público (art. 3º da Resolução Normativa TCE nº 33/2012; Resolução de Consulta TCE nº 24/2008)

**1.1** A lei nº 9782/2012, de 19/07/2012 que, “Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o

Plano de Carreiras de Apoio Técnico-administrativo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso”, não prevê a existência do cargo de controlador interno em provimento efetivo.

Em seu Anexo II – Quadro de Provimento em Comissão, existe a previsão de:

01 (um) Auditor de Controle Interno, nível superior nas áreas de direito, administração de empresas, ciências contábeis ou economia, remuneração nível MP-CNE-I.

O controle interno é exercido por servidores efetivos da Procuradoria Geral de Justiça, mas não no cargo de controlador interno, como segue:

- Ricardo Dias Ferreira

cargo/função de carreira: Técnico administrativo

cargo comissionado: Auditor chefe

formação acadêmica: Bacharel em administração

- Ziney Ribeiro Zorzan

cargo/função de carreira: Analista contador

formação acadêmica: Bacharel em Ciências Contábeis

- Paulo Cesar Lobo dos Santos

cargo/função de carreira: Técnico administrativos

formação acadêmica: Bacharel em Ciências Contábeis. (Achado nº 1)

É o relatório.

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA SEXTA RELATORIA DO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO em Cuiabá, 24/07/2015.**

**Francislene França Fortes**  
**Auditor Público Externo**  
**Coordenador da Equipe Técnica**



**Giselle Cristina de Almeida Santos Américo**  
**Técnico de Controle Público Externo**

